

Presidente timorense vai pedir fiscalização da constitucionalidade do OGE retificativo

Díli, 21 mai 2022 (Lusa) – O Presidente da República timorense disse hoje à Lusa que vai solicitar a fiscalização sucessiva da constitucionalidade do Orçamento Geral do Estado (OGE) retificativo, o maior da história, aprovado de forma acelerada pelo parlamento.

“Vou pedir a fiscalização, para descargo de consciência, para saber sobre a constitucionalidade deste orçamento. Não tenho intenção de complicar a vida ao Governo, que enfrenta uma situação real de necessidade, de dificuldades”, disse José Ramos-Horta em declarações à Lusa.

“Preciso de mais esclarecimentos do Governo. O OGE já foi aprovado, mas vou solicitar opinião sobre se foi cumprido todo o articulado, em letra e espírito, na feitura deste OGE retificativo”, frisou.

Ramos-Horta falava à Lusa depois de participar com o seu homólogo português Marcelo Rebelo de Sousa numa recepção à comunidade portuguesa – no final do terceiro e último dia de visita do chefe de Estado a Timor-Leste.

O OGE retificativo, o maior da história do país, aumenta os gastos deste ano em mais de 1.240 milhões de dólares (1.177 milhões de euros).

Durante o debate na especialidade, os deputados ampliaram o valor global do orçamento retificativo, somando aos 1,12 mil milhões de dólares (1,06 mil milhões de euros) da proposta inicial do Governo mais cerca de 111,4 milhões de dólares (105,74 milhões de euros).

Assim, e tendo em conta o retificativo, o OGE para este ano sobe para um total de 3.189 milhões de dólares (cerca de três mil milhões de euros), o que implica um levantamento de 2,55 mil milhões de dólares (2,42 mil milhões de euros) do Fundo Petrolífero, mais de cinco vezes o total do Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

A maior fatia do aumento - mil milhões de dólares (942 milhões de euros) – destina-se a um fundo para veteranos que, como outras das medidas aprovadas no orçamento retificativo, foram promessas feitas pelos partidos do Governo durante a campanha para as presidenciais, na qual apoiaram a candidatura do anterior Presidente Francisco Guterres Lú-Olo, derrotado por José Ramos-Horta.

O Presidente timorense, que tomou posse na quinta-feira, confirmou que “provavelmente” vai igualmente pedir a fiscalização preventiva de uma polémica proposta de lei que regula a responsabilidade do Presidente, definindo vários crimes, com um debate acelerado na especialidade e que o parlamento aprovou em tempo recorde.

A proposta foi aprovada depois de um debate e aprovação acelerado, durante apenas três horas, em sede de comissão, na especialidade, tendo participado apenas deputados das bancadas que sustentam o Governo.

“Ainda não tive tempo [de ver o diploma em detalhe], mas provavelmente vou mandar para o Tribunal de Recurso para se pronunciar sobre a constitucionalidade. O ideal seria estender a

responsabilização ao primeiro-ministro, membros do Governo e deputados” e setor judicial, afirmou.

“Se é para fazermos uma lei não pode ser concreta e visando apenas um órgão de soberania, quando temos quatro órgãos de soberania. Apoiaria abrir para todos os órgãos de soberania e os que são servidores do Estado”, disse.

O diploma pretende, segundo o próprio preâmbulo, regulamentar aspetos do artigo 79 da Constituição, que se refere à “Responsabilidade criminal e obrigações constitucionais” do chefe de Estado, definindo o regime jurídico a aplicar no caso de “violação clara e grave das suas obrigações constitucionais”.

“A presente lei define os crimes cometidos no exercício de funções pelo Presidente da República e as respetivas sanções, e fixa as normas especiais de processo aplicáveis ao julgamento dos crimes e da violação clara e grave das suas obrigações constitucionais”, refere-se na proposta.

Um dos aspetos mais importantes da lei tem a ver com as “obrigações constitucionais” do chefe de Estado, especialmente no quadro de ameaças de que José Ramos-Horta poderá vir a dissolver o parlamento, algo exigido pelo Congresso Nacional da Reconstrução Timorense (CNRT), de Xanana Gusmão, que apoiou a sua candidatura.

Assim, e entre os seus vários aspetos, a proposta prevê penas de prisão de entre dois e oito anos em casos de “coação contra órgãos constitucionais”.

“O titular do cargo de Presidente da República que, por meio não violento nem de ameaça de violência, impedir ou constringer o livre exercício das funções de órgão de soberania ou de órgão de governo próprio do poder local ou regional será punido com prisão de dois a oito anos, se ao facto não corresponder pena mais grave por força de outra disposição legal”, acrescenta.

“O titular do cargo de Presidente da República que, nas mesmas condições, impedir ou constringer o livre exercício das funções do Provedor de Justiça é punido com prisão de um a cinco anos”, determina ainda.

Ramos-Horta confirmou também hoje, à Lusa, que o ex-ministro da Educação e ex-embaixador Bendito Freitas será o chefe da Casa Civil, explicando que está a preparar “com prudência e lentamente e sem pressas” a sua equipa na Presidência.

Um processo, explicou, que inclui “estatuto orgânico, orçamento e necessidades reais para os próximos anos”.

“Quero que seja uma equipa muito representativa da sociedade, com equilíbrio de género e sem exclusão com base em região, sendo a mais representativa possível, procurando os mais dedicados e com experiência”; referiu.

ASP // MSP
Lusa/Fim

Unofficial translation by La' o Hamutuk

Timorese President will ask for review of constitutionality of rectifying OGE

Dili, 21 May 2022 (Lusa) - The President of the Timorese Republic said today that he will request the successive review of constitutionality of the rectification of the General State Budget (OGE), the largest in history, approved in an accelerated manner by the parliament.

“I am going to ask for a review, to clear my conscience, to know about the constitutionality of this budget. I have no intention of complicating the life of the Government, which is facing a real situation of need, of difficulties,” José Ramos-Horta told Lusa.

“I need more clarification from the government. The State Budget has already been approved, but I’m going to ask for an opinion on whether all the articulations were complied with, in letter and spirit, in the making of this rectifying State Budget,” he stressed.

Ramos-Horta was speaking to Lusa after participating with his Portuguese counterpart Marcelo Rebelo de Sousa in a reception for the Portuguese community - at the end of the third and final day of the head of state’s visit to Timor-Leste.

The amending OGE, the largest in the country’s history, increases spending this year by more than \$1.24 billion.

During the debate, Members of Parliament increased the overall value of the amending budget, adding to the \$1.12 billion of the Government’s initial proposal another \$111.4 million.

Thus, and taking into account the rectification, the OGE for this year rises to a total of \$3.189 billion (about three billion euros), which implies a withdrawal of \$2.55 billion (2.42 billion euros) from the Petroleum Fund, more than five times the total Estimated Sustainable Income (ESI).

The largest slice of the increase - \$1 billion - is for a veterans’ fund, which, like other measures approved in the rectifying budget, were promises made by the government parties during the presidential campaign, in which they supported the candidacy of former President Francisco Guterres Lú-Olo, defeated by José Ramos-Horta.

The Timorese President, who took office on Thursday, confirmed that he will “probably” also ask for the prior review of a controversial bill regulating the responsibility of the President, defining several crimes, with an accelerated debate in specialty and that the parliament approved in record time.

The proposal was approved after a fast-tracked debate and approval, for only three hours, in committee, in the specialty, with only members of the benches that support the government participating.

“I haven’t had time [to see the bill in detail] yet, but I will probably send it to the Court of Appeal to rule on its constitutionality. Ideally, it would extend accountability to the prime minister, members of the government and deputies” and the judicial sector, he said.

“If we are to make a law it cannot be concrete and aimed only at one sovereign body, when we have four sovereign bodies. I would support opening it to all sovereignty bodies and those that are servants of the State,” he said.

The law intends, according to the preamble itself, to regulate aspects of Article 79 of the Constitution, which refers to the “criminal responsibility and constitutional obligations” of the head of state, defining the legal regime to be applied in the case of “clear and serious violation of their constitutional obligations.

“This law defines the crimes committed by the President of the Republic in the exercise of his functions and the respective penalties, and establishes the special rules of procedure applicable to the trial of crimes and the clear and serious violation of his constitutional obligations,” the proposal states.

One of the most important aspects of the law has to do with the “constitutional obligations” of the head of state, especially in the context of threats that José Ramos-Horta may dissolve parliament, something demanded by Xanana Gusmão’s National Congress for Timorese Reconstruction (CNRT), which supported his candidacy.

Thus, and among its various aspects, the proposal provides for prison sentences of between two and eight years in cases of “coercion against constitutional bodies.”

“The holder of the office of President of the Republic who, by non-violent means or threat of violence, prevents or constrains the free exercise of the functions of a sovereign body or local or regional self-government body shall be punished by imprisonment of two to eight years, if the fact does not correspond to a more serious penalty by virtue of another legal provision,” it adds.

“The President of the Republic who, under the same conditions, impedes or constrains the free exercise of the Ombudsman’s functions shall be punished by one to five years in prison.

Ramos-Horta also confirmed today, to Lusa, that the former Minister of Education and former Ambassador Bendito Freitas will be the head of the Civil House, explaining that he is preparing “with prudence and slowly and without haste” his team in the Presidency.

A process, he explained, that includes “organic statute, budget and real needs for the coming years.”

“I want it to be a very representative team of society, with gender balance and no exclusion based on region, being as representative as possible, looking for the most dedicated and experienced”; he noted.

ASP // MSP
Lusa/End